

Justificação por Graça e Fé: Um Novo Espaço Para a Vida

Silvio Meincke

INTRODUÇÃO

O tema Justificação por Graça e Fé é muito vasto. Inspirou inúmeros livros, estudos, artigos e tratados. Pode-se abordá-lo dos mais diferentes ângulos e dar-lhe os mais diversos enfoques. Não me ocorreu, por isso, esgotar o assunto no reduzido espaço dessa simples palestra. Quero ater-me a apenas um dos possíveis enfoques.

Dentro da constatação de que a nossa sociedade, na forma como a organizamos, constantemente ameaça estrangular a vida, tentarei mostrar como a nossa confiança, na justificação por graça e fé, nos abre espaço para viver e nos motiva a promover esse espaço de vida para os nossos semelhantes. Tentarei mostrar como a justificação por graça e fé abriu espaços para a vida, desde os atos e as palavras de Jesus, passando pelo apóstolo Paulo e por Lutero, até os nossos dias.

I – A ANSIEDADE PELA VIDA GERA A MORTE

A – Ansiedade pela vida.

Todas as pessoas – nós incluídos – trazem dentro de si uma natural necessidade de aceitação. Certamente a necessidade de aceitação faz parte da própria essência das pessoas. As formas em que essa necessidade de aceitação se manifesta – na vida de crianças, jovens e adultos – as palavras que se usa para expressá-la e as reações dos que não encontram o suprimento da mesma podem ser as mais diversas: melindre, complexos de inferioridade, gabolice, revolta, cinismo, mesquinhez, pessimismo, desprezo, altivez, neuroses e até mesmo sintomas de doença física. Essa grande diversidade de expressões e sintomas exatamente confirma a força da necessidade de aceitação que todas as pessoas sentem.

Tenho eu o direito de aceitação, assim como sou? Justifica-se a minha vida, com o que sou, faço e possuo? Já tenho eu conquistado um espaço para viver, com aquilo que faço, realizo e produzo? O que pensam as outras pessoas a meu respeito?

Essas e outras perguntas semelhantes, de uma ou de outra forma, consciente ou inconscientemente, movem pensamentos, sentimentos e ações de todas as pessoas.

Observando mais demoradamente essa necessidade de aceitação, podemos vê-la expressar-se em três níveis:

1) Auto-aceitação

Para uma vida emocional sadia e equilibrada, as pessoas precisam aceitar-se a si mesmas como elas são, com as suas virtudes e os seus fracassos, com os seus lados fortes e fracos, com a sua saúde ou a sua doença. Caso contrário, serão infelizes, revoltadas e emocionalmente desequilibradas.

2) A aceitação pelos outros.

Cada pessoa necessita encontrar o seu grupo, a sua comunidade, seu meio, em que se sente aceita, sem que necessite deixar de ser o que é; onde encontra quem queira com ela conviver, sem que precise provar mil coisas; que lhe permita desenvolver livremente a sua personalidade; onde se saiba amada, sem prejuízo daquilo que é; onde possa desenvolver a sua personalidade, dentro de um clima de compreensão, amor e aceitação.

3) A aceitação por Deus.

Cada pessoa necessita saber-se aceita, ainda onde a aceitação, por parte das pessoas, falha; necessita saber-se aceita, por quem está acima dos caprichos, da instabilidade e dos reveses da aceitação pelos semelhantes; necessita saber-se aceita por Deus, ainda quando todos a querem rejeitar. Muitos salmos são testemunho vigoroso dessa necessidade humana.

Efetivamente, um dos maiores motivos de frustração, infelicidade e desespero se manifesta, quando alguém não se pode aceitar a si mesmo ou se sente rejeitado, não aceito, marginalizado pelos outros. Não há quem não necessite aceitar-se e saber-se aceito.

Talvez poderíamos descrever essa necessidade de aceitação com outras palavras; talvez poderíamos falar da procura pelo direito à existência, pelo direito à vida. Talvez poderíamos falar da procura por um espaço de vida. É a vontade de viver que se manifesta nessa necessidade, a vontade de viver bem a vida, a vontade de viver uma vida com sentido, uma vida que valha a pena ser vivida; a vontade de encontrar um espaço amplo para bem viver e desenvolver a vida. É o direito à vida que, em última análise, está em jogo na aceitação ou não-aceitação que a pessoa encontra.

Essa vontade de viver, naturalmente, não é condenável. Peio contrário, fomos criados para viver. O próprio Criador, que nos deu a vida, quer que a vivamos bem, plena e abundantemente. "Vim para que tenham vida e a tenham em abundância" (João 10.10).

Importa perguntar, no entanto, de que maneira procuramos justificar o nosso espaço de vida e diante de quem procuramos a justificação.

De modo geral, constata-se nas pessoas a tentativa de buscar a vida, através de uma ansiosa, desenfreada e constante corrida competitiva. E, na medida em que correm, mais parece aumentar a necessidade de correr. Na medida em que alcançam uma vitória, logo, com frustração, percebem que a vitória é enganosa. Quando pensam terem alcançado a vida plena e realizada, mais uma vez ela se mostra fugidia. Assim, as pessoas se encontram na situação dos antigos aventureiros à procura do Eldorado que, a cada nova frustração, logo passavam a procurá-lo mais adiante, sem no entanto, jamais encontrá-lo: "Não é o vosso medo da sede, quando vosso poço está cheio, a sede insaciável?" (1).

Não estaria esse fato revelando a cruel realidade de que as pessoas estão correndo na direção errada, procurando a vida, onde ela não se encontra?

Muito cedo, as crianças são estimuladas para a corrida, por exemplo, através das boas notas no colégio; os jovens são levados à luta, pela conquista do seu destaque, através da moda que vestem, da jóia que ostentam, do veículo que dirigem, do talento que revelam; os adultos entram na corrida, pela conquista do dinheiro, que compra a casa luxuosa, os móveis distintos, o carro reluzente, enfim o destaque, que traz admiração e que deverá dar-lhes a desejada aceitação, o ansiado espaço para a vida.

É preciso perguntar-se seriamente, se a vida pode ser encontrada pela competição, pela concorrência, pelo destaque que se conquista; é preciso perguntar-se, se podemos encontrar a vida pela corrida na direção da grandeza, da força, do brilho, da influência sobre os outros.

Não estaria — quem assim corre — passando de largo pelo tesouro oculto, por não encontrar tempo, nem tranquilidade para parar e descobri-lo? Não estaria — quem assim corre — correndo de poça em poça, bebendo água estagnada, sem encontrar a fonte de água viva? Não estaria quem assim corre em busca da vida — paradoxalmente, correndo na direção da morte?

B – A ansiedade pela vida numa sociedade capitalista.

Na nossa sociedade capitalista e de consumo, as pessoas são avaliadas basicamente pelo que produzem, possuem e podem consumir. Max Weber cita algumas expressões populares, geradas por essa mentalidade, tais como: "Tempo é dinheiro, crédito é dinheiro, dinheiro gera dinheiro, o bom pagador é o dono da bolsa alheia". Essas máximas do mundo capitalista diz Weber – "constituem, não apenas uma técnica de vida, mas uma ética peculiar, cuja infração não é tratada como uma tolice, mas como o esquecimento de um dever" (2). São as realizações, as posses e o consumo que justificam a existência das pessoas, que compram aceitação, na tentativa de assim abrir espaços para viver. A posse do capital é a alavanca para tudo isso, pois concede poder, influência e prestígio; concede possibilidade de comprar, ostentar e consumir; concede admiração e status. Isso tudo acelera mais ainda a corrida, na busca desenfreada do capital e do lucro. E nessa corrida, mais do que nunca, os fortes vencem e os fracos tropeçam, vêm-se pisados e jogados na sarjeta. A sociedade edificada sobre esses valores premia os dotados, os fortes e capazes e esmaga os pequenos. Assim sendo, essa sociedade se revela basicamente violenta e estranguladora dos espaços de vida. E a violência aumenta ainda mais, quando se supervaloriza determinados dons e talentos e se desvaloriza outros. "O capitalismo – diz Max Weber – baseado na produção e no lucro, escolhe os mais aptos para os seus empreendimentos. Os mais aptos são os que têm maior resistência física, maior habilidade, maior força a investir. Ainda que a procura do lucro inescrupuloso sempre existisse, o capitalismo o sistematizou ao extremo, envolvendo o indivíduo e obrigando-o a conformar-se com as suas regras, sob o risco de ficar à margem" (3).

É conhecida a afirmação de Keynes, quando afirma que "o progresso econômico só é alcançável, se empregarmos aqueles poderosos impulsos humanos do egoísmo, a que a religião e a sabedoria tradicional universalmente nos convidam a resistir". Claro está que o conhecido economista fala de um progresso econômico como ele o concebe e dentro do qual, como ele mesmo afirma, "o injusto é útil e o justo não o é" (4).

Schumacher constata que a sociedade capitalista de consumo, incentivando sem parar os vícios da inveja, da cobiça e da

(2) Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (São Paulo, 1967), pág. 47.

(3) *Ibidem*.

(4) E.F.Schumacher, *O Negócio é ser Pequeno – Um estudo de economia que leva em conta as pessoas* – 2º ed. (Rio de Janeiro, 1979), pág. 26.

vaidade, na ilusão de assim preencher a vida, na verdade a destrói, por desconhecer os seus verdadeiros valores. "Se sociedades inteiras forem contaminadas por tais vícios, elas poderão, de fato, realizar coisas espantosas, mas tornam-se cada vez mais incapazes de solucionar os mais elementares problemas da existência cotidiana" (5).

Uma pesquisa realizada em 1977, na Comunidade Evangélica de São Leopoldo, (6) provavelmente representativa para outras comunidades da IECLB e também para a sociedade em geral, apresenta um quadro muito ilustrativo dessa realidade de competição e eliminação. Em sua origem, criada para acolher em comunhão, fraternidade e aceitação mútua todos os evangélicos da cidade, desenvolveu, contraditoriamente, uma história terrivelmente elitizante, a ponto de contar hoje com apenas 15% de operários especializados e não especializados, pertencendo os demais 85% dos membros às classes média e alta. Revela-nos essa pesquisa que todas as famílias evangélicas mais fracas e não suficientemente preparadas para acompanhar a corrida, viram-se forçadas a buscar acolhida em outros meios. Além disso, a comunidade não conseguiu ou não procurou integrar famílias não evangélicas das classes menos favorecidas. A opinião dos entrevistados reforça bem os valores da sociedade competitiva, quando 70% deles expressa a opinião de que "com boa educação e esforço todos vencem na vida" (7). Valoriza, pois, antes de tudo, o esforço, a capacidade e o talento individuais. Como causa da marginalização, em consequência, aponta a culpa própria, por falta de empenho, capricho, esforço, capacidade, talento. Um posicionamento que premia com consideração, acolhida e aceitação, enfim, que justifica o forte, concedendo-lhe espaço para a vida, estrangulando o espaço para o fraco. O fraco marginalizado pode, no máximo, merecer uma ajuda assistencialista, mas continua sendo visto como não merecedor da acolhida, como não merecedor de aceitação e como estando onde, por culpa própria, deve estar. Estaria essa pesquisa, em suas respostas, dando razão a Schurmann, quando ele diz que "a história do cristianismo na América Latina poderia ser descrita sob o ponto de vista da confirmação religiosa da alienação já existente"? (8)

Iludidas com a idéia de que a vida se conquista com a posse de bens materiais, com o consumo abundante ou exagerado e com

(5) *Ibidem*.

(6) Gerd Uwe Kliewer, *Uma comunidade frente aos problemas sociais e à situação sócio política da Igreja*, em: Germano Burger (ed.), *Quem assume esta tarefa?* (São Leopoldo, 1977), pág. 189.

(7) *Idem*, pág. 198.

(8) Lambert Schurmann, *A doutrina dos dois reinos em sua relevância para a situação latino-americana*, em: *Estudos Teológicos* 12, 1972(2), pág. 66.

o brilho que causa admiração, as pessoas vivem a constante tentação de investir todas as suas energias e atenções nestes valores e deixar-se absorver totalmente por esse objetivo. A sociedade de consumo cria um número infinito de necessidades e leva todos a correrem atrás delas, sem que a maioria possa alcançá-las, criando assim uma constante frustração e criando, nos poucos ricos, uma acumulação e um desperdício selvagens. E as pessoas entram assim, fatalmente, na concorrência e na competição ferrenhas de uns contra os outros, esmagando-se e dilacerando-se mutuamente, não somente a nível de indivíduos, mas também a nível de classes, grupos, partidos e nações, onde cada um quer a derrota do outro e a sua dependência para a manutenção dos próprios privilégios. Nessa luta sem tréguas, tanto vencedores quanto vencidos acabam sendo vítimas: os perdedores, por pagarem o preço da vitória dos ganhadores e esses, por terem conquistado troféus enganadores que, afinal, não podem dar-lhes a verdadeira vida.

"A conseqüência — assim o expressa Brakemeier — é a violência dos frustrados, dos jovens que nunca foram amados, porque os pais não tiveram tempo para isto. A conseqüência é a violência dos que se vêem privados dos seus direitos e do seu futuro. A conseqüência é a terrível solidão ... Ficamos sozinhos com as nossas cargas ... a conseqüência é que não nos conhecemos e, por conseguinte, somos injustos e cruéis nos nossos juízos sobre os outros. Assistimos assim a um espantoso empobrecimento em experiência humana, devido à falta de convívio" (9).

"Se integrarmos — diz Tévoédjré — o critério da saúde mental na definição do grau de desenvolvimento, acho, que seria necessário reconsiderar, sob nova perspectiva, as condições de um país assim chamado "desenvolvido", quando 30% dos seus doentes hospitalizados estão internados em clínicas psiquiátricas. É, pois, o absurdo da acumulação selvagem que se torna, no final das contas, um tóxico para o corpo social" (10).

"Cada aumento de necessidades — diz Schumacher — tende a agravar a dependência de uma pessoa de forças externas, sobre as quais não pode exercer controle e, portanto, agrava o seu medo existencial" (11).

Assim sendo, como dizíamos acima, a ansiedade pela vida gera a morte.

(9) Gottfried Brakemeier, *Em Cristo uma nova comunhão* (São Leopoldo, 1977) mimeografado, pág. 8.

(10) Albert Tévoédjré, *Pobreza, a riqueza dos povos — Uma transformação pela solidariedade* (São Paulo e Petrópolis, 1981) pág. 29.

(11) E.F.Schumacher. op.cit., pág. 28.

Concluimos, pois, que a morte insiste em instalar-se em nosso meio, expulsando a vida, estrangulando o espaço de vida; viver, no sentido pleno da palavra, torna-se difícil, para muitos impossível. E nasce em nós então um profundo desejo por alternativas que nos possibilitem viver em maior plenitude. Recorrendo mais uma vez às palavras de Brakemeier, podemos afirmar com ele que "toda pessoa sensata, de uma ou de outra forma, anseia por um mundo mais humano, menos cruel e mais justo, um mundo livre de violência e de ódio, de assassinio e repressão, um mundo em que a luta pelo pão de cada dia seja menos brutal, em que haja mais compreensão e menos maldade, mais paz e menos vítimas" (12).

C – A pergunta pela Justificação.

Na nossa sociedade secularista as pessoas parecem não mais se preocupar com a justificação diante de Deus, como foi o caso de Lutero. Elas não mais se entendem diante de Deus e sujeitas ao seu juízo. A conhecida pergunta de Lutero, que tanto o angustiava – Como posso ter um Deus misericordioso? – não mais parece ser uma preocupação do homem moderno. No entanto, o seu comportamento e a sua necessidade de aceitação, como acima tentamos descrever, nos mostram a constante procura por justificação; justificação que se expressa em necessidade de acolhida, em necessidade de aceitação, em necessidade de ver reconhecido o direito a um espaço de vida. Na verdade, essa necessidade apenas se expressa em novas articulações e diante de outras grandezas que não Deus. Perdida a perspectiva de Deus, como aquele a quem se dirigem as últimas perguntas e de quem se recebem as últimas respostas, a humanidade dirige a si mesma as perguntas e dá a si mesma as respostas.

Gloege descreve essa – por ele chamada – "doentia introversão" (13) da humanidade, em três atitudes características:

1) Autojustificação.

Em toda parte e em todos os setores da vida a humanidade quer ostentar as suas grandes realizações, para dizer o quanto já alcançou e assim se justificar.

2) Autocondenação.

Em toda parte as pessoas emitem juízo sobre outras pessoas: indivíduos condenam indivíduos; grupos e partidos se condenam

(12) Gottfried Brakemeier. *op. cit.*, pág. 5.

(13) Gerhard Gloege. *Gnade für die Welt* (Goettingen. 1964), pág. 14.

mutuamente e as nações condenam nações, em mútua desconfiança.

3) Auto-redenção.

A humanidade paga o preço de grandes sacrifícios, para tornar realidade os seus sonhos, as suas utopias. Luta-se para criar uma situação ideal, da qual se espera libertação.

Assim sendo, ainda que a palavra justificação, na forma como Lutero a concebia, esteja esquecida no linguajar das pessoas, o que ela expressa está sempre presente no homem, com a diferença de que esta procura por justificação, na sociedade secularista, não acontece, pelo menos de forma consciente, "no horizonte do juízo divino (14) e muito menos diante daquele Deus irado e sempre disposto a condenar para o inferno, como o concebia Lutero, antes da descoberta da graça.

Nesta constante procura pela justificação, o homem reescreve, agora dentro de concepções secularistas, a história do farisaísmo, no que ele tinha de justificação pela lei (Rm 10.5; 3.21; Fp 3.9), pela própria justiça (Rm 10.3) e pelas boas obras (Tt 3.5).

II – A VIDA COMO DÁDIVA

A – A conquista da vida por obra da lei – uma impossibilidade.

Era difícil, senão impossível, para o povo simples da Palestina encontrar espaço de vida, no tempo de Jesus. A alta classe dos sacerdotes aristocratas, concentrada no partido dos saduceus, desprezava-o como impuro. A elite religiosa, reunida no partido dos fariseus, zelosos guardiães da lei, desprezava-o como injusto. Impossibilitado de guardar todos os preceitos do esquema puro-impuro e de guardar toda a infinidade de leis do esquema justo-injusto, o povo não encontrava espaço de aceitação.

Os próprios fariseus impunham-se a si mesmos um rosário infundável de leis, que lhes pesava como um fardo quase insuportável.

1) A classe dominante judaica.

Os dois partidos político-religiosos de maior expressão no tempo de Jesus eram os fariseus e os saduceus.

(14) Idem. pág. 7.

a) Os fariseus.

Os fariseus constituíam um partido político-religioso fechado e muito influente. Eram zelosos guardiães da lei, que procuravam guardar piedosamente. Cuidavam também que o povo a guardasse. Controlavam a classe média, a pequena burguesia camponesa, comercial e artesanal, ou seja, a maior parte da população de Israel. Eram conhecidos desde a década de 130 antes de Cristo. Controlavam o povo através da sinagoga e das pequenas escolas ligadas às sinagogas. Rompidos com os saduceus e distanciados do povo marginalizado, eram qualificados como os "separados". Eles mesmos se saudavam entre si como "chareb" – companheiros. No tempo de Jesus, somavam em torno de 6.000, incluídos os que viviam na diáspora. Controlavam o povo, baseavam nele o seu poder, mas, ao mesmo tempo, o desprezavam, não lhe dando oportunidade de participação na organização social. Ainda que não pertencendo à classe social alta, era necessário que tivessem condições intelectuais e econômicas, para compreender e cumprir a lei, pois somente a lei do sábado somava nada menos que 170 regras e o cumprimento das leis exigia dinheiro para pagar o dízimo, comprar os animais de sacrifício e dar esmolas. Eram, em sua maioria, leigos, com participação do baixo clero, distanciado dos interesses da aristocracia sacerdotal dos saduceus. Expressavam uma nova consciência religiosa e política, em relação aos saduceus e, nesse sentido, instruíam o povo. Para tanto, contavam com os escribas que, baseados no seu saber, estavam em ascendência. Os escribas eram os doutores e intérpretes da lei, com a função de adaptá-la e atualizá-la. A lei não só regulamentava as questões do templo, dos sacerdotes, dos sacrifícios e da purificação, mas também as questões jurídicas, de cidadania, de família, bem como a tramitação de processos. "Grupo culto da pequena burguesia – assim os define Houtart – eles ganharam poder no Sinédrio e na Sinagoga. No Sinédrio, como corte de justiça, eram determinantes o conhecimento e a exegese dos textos tradicionais. Na sinagoga eles se apresentavam como criadores de tradição, pela releitura dos textos antigos..."(15)

"O povo acabou assim organizado – afirma Mesters – mas organizado então de cima para baixo e não de baixo para cima. Era dessa maneira que os fariseus e os doutores da lei controlavam a consciência do povo" (16). O povo simples – afirma Knopf – que olhava com respeito para os fariseus, era, por sua vez, desprezado

(15) François Houtart, **Religião e modos de produção pré-capitalistas** (São Paulo, 1982), pág. 217.

(16) Carlos Mesters. **Jesus Cristo como viveu na Palestina e como vive no meio de nós.** (São Mateus. 16.5), mimeografado, pág. 6.

por essa elite religiosa" (17) Textos como Mt 6.2; Mc 12.40; Lc 16.14 trazem palavras de Jesus que classificam os fariseus como hipócritas, opressores e avarentos.

b) Os saduceus.

As famílias da aristocracia sacerdotal, entre eles, o Sumo Sacerdote, e os grandes proprietários de terras formavam o partido político-religioso dos saduceus. Os saduceus estavam estreitamente ligados ao Templo e defendiam com tenacidade a preservação das tradições. No tempo de Jesus, tinham a oposição dos fariseus, partido da pequena burguesia, em ascensão, com o desenvolvimento do comércio nas vilas e nos povoados. Daí a postura liberal dos saduceus, em relação às leis dos escribas e fariseus.

Partido de grande expressão até a época dos macabeus, os saduceus, posteriormente, foram perdendo a sua influência. Depois da destruição do Templo desaparecem totalmente, quando então os fariseus chegam ao auge da sua influência. Na época de Jesus, controlavam o poder judiciário e a autoridade governamental. Eram politicamente muito hábeis e cultivavam um bom relacionamento com as forças opressoras estrangeiras, o que lhes valia ódio ainda maior dos fariseus. Fariseus e saduceus, ainda que antagônicos entre si, voltavam-se ambos contra Jesus. "Todos eles (os saduceus), — assim os descreve Mesters — eram da classe alta, gente rica, materialista ... a maior parte deles eram latifundiários" (18) O Templo, que os sacerdotes das famílias aristocráticas administravam — conforme Jeremias — empregava nada menos de cerca de 9.600 funcionários e representava uma espécie de Tesouro do Estado. Os fiéis ofertavam ali os seus produtos e animais de sacrifício e os sacerdotes os vendiam. Além disso as pessoas de posse guardavam no Templo o seu dinheiro, pois era lugar seguro, por ser sagrado.

Saduceus e fariseus dominavam o sistema ideológico, ditando o comportamento, os costumes e as leis, os saduceus através do Templo e preservando as tradições, os fariseus, através da Sinagoga e impondo a lei. "Esses grupos — diz Goppelt — determinavam a vida religiosa e política. Desprezavam a massa religiosa e politicamente indiferente. O fariseu chamava essa massa de 'am ha arez' (povo da terra) e aplica para ela o que o Salmo 1 diz dos pecadores" (19).

(17) Rudolf Knopf, *Einführung in das neue Testament*, 2ª ed (Berlin. 1949), pág. 209.

(18) Carlos Mesters. op. cit. pág. 9.

(19) Leonhard Goppelt. *Theologie des Neuen Testaments*, vol. 2 (Göttingen 1976), pág. 77.

2) A lei.

Na longa caminhada da sua história, o Povo de Israel foi fixando em lei o que a experiência lhe ensinava como procedimento salutar, fixou-se assim a Torá – a lei de Moisés. Quando as leis, como eram encontradas na Torá de Moisés, deviam ser aplicadas para a atualidade, então cabia aos escribas fazê-lo, ampliando-as e interpretando-as em novas formulações, para novas situações. Assim foi formando-se, ao lado das leis de Moisés, uma infinidade de normas de comportamento, que mais tarde foram fixadas, por escrito, em 63 tratados, chamados de Mishná. Essas normas de comportamento e mais as normas jurídicas que, em casos imprevistos ou de difícil solução, eram desenvolvidos da Torá, de forma casuística, eram conhecidas como Halachá. É a essas leis que se refere Jesus, quando diz aos fariseus: “Negligenciais o mandamento de Deus, guardais a tradição dos homens; jeitosamente rejeitais o preceito de Deus para guardardes a vossa própria tradição (Mc 7.8-9).

Essas novas formulações formavam uma extensa, detalhada e intrincada rede de leis casuísticas, como que querendo prescrever cada passo e cada atitude das pessoas com uma carga insuportável de observâncias.

Ao redigir essas leis, sem nenhuma participação do povo em geral, a classe dominante naturalmente as redigia de acordo com os seus próprios interesses, elaborando assim as leis discriminatórias e opressoras. Para citar apenas um exemplo, destaco um dos 63 tratados da Mishná, que proíbe ao “chareb”, ou seja, ao companheiro integrante do fechado grupo dos fariseus, convidar à sua mesa ou sentar à mesa de um “am ha arez”, ou seja, de uma pessoa simples do povo; proibia igualmente comprar frutas verdes ou secas ou vendê-las a um “am ha arez”.

Além disso, as leis traçavam uma drástica linha discriminatória entre judeus e não-judeus, desprezando e marginalizando os últimos (Jo 4.9). O pobre e marginalizado seria, no máximo, objeto de assistência social (esmolas), mas não se lhe dava chance de integração. “Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas! porque dais o dízimo da hortelã, do endro e do cominho e tendes negligenciado os preceitos mais importantes da lei, a justiça, a misericórdia e a fé; devíeis, porém, fazer essas coisas, sem omitir aquelas” (Mt 23.23).

Se a Torá, pois, ainda dando espaços para a vida, orientava para um procedimento que a experiência histórica do povo entendia como salutar, o casuísmo legalista do farisaísmo estreitou-a mais e mais, reduzindo o espaço de vida e fazendo da própria vida um fardo de obrigações quase insuportável (Veja-se At 15.10).

Interessante é notar a maneira de classificar o valor e a aceitação das pessoas, dentro da sociedade, pelos critérios de pureza e impureza, critérios esses, fundamentados tanto nas tradições, que os saduceus tinham interesse em preservar, quanto nas leis dos fariseus. Conforme Houtart "segundo a origem, os diversos graus da escala social estavam assim dispostos: 1) membros de famílias de origem legítima; 2) membros de famílias de origem ilegítima, atingidos por leve mácula; 3) membros de famílias cuja origem ilegítima era marcada por grave mácula.

Em companhia do clero, os primeiros constituíam o Israel puro. Os membros dessas famílias tinham direito de se casarem com sacerdotes, vinculando-se assim à genealogia davídica, única capaz de garantir a pureza de sangue. A segunda camada tinha uma série de subconjuntos, hierarquizados por ordem de pureza-impureza: descendentes ilegítimos de sacerdotes, trabalhadores de ofícios desprezíveis, escravos judeus, prosélitos, pagãos convertidos ao judaísmo, escravos pagãos libertos e escravos pagãos convertidos, mas ainda escravos. Os membros dessas diversas hierarquias sociais tinham direito de se casar com levitas e judeus de origem legítima, o que constituía um mecanismo de ascensão social. Por fim, havia a terceira camada, composta pelos judeus portadores de grave mácula: os bastardos, os escravos do Templo, os filhos de pai desconhecido, os eunucos, os escravos pagãos, os samaritanos. Essa terceira camada não tinha nenhum direito, afora o direito ao desprezo" (20).

Para alcançar a justificação, as pessoas deviam passar pelo crivo do legalismo da classe dominante, uma severa carga para a própria classe e uma impossibilidade para o povo mais humilde. E todas as leis, feitas pela classe dominante, para garantia de seus próprios interesses e privilégios, eram impostas como leis divinas, para assim dar-lhes maior peso e perpetuar o poder dos que delas se beneficiavam econômica e politicamente. Esse caráter religioso da lei constituía o "manto sagrado", o "banho de ouro" de toda estrutura econômica, política, social e cultural da sociedade. Em consequência, para mexer em qualquer pilar dessa estrutura de dominação, era necessário tornar-se, antes de mais nada, um herege, um blasfemador (Lc 15.21).

B – Jesus Cristo, o doador da vida.

"Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância"
(Jo 10.10).

(20) François Houtart, op. cit., pág. 211.

Esta é a oferta de Jesus, em meio a uma situação, em que a vida se mostra tanto mais fugidia, quanto mais as pessoas querem conquistá-la pelo esforço de cumprir e o arbítrio de impor a lei; numa situação, em que o espaço para viver está cada vez mais reduzido, ele abre o espaço, trazendo vida, agora como dádiva. "Se alguém tem sede, venha a mim e beba" (Jo 7.37). O anúncio da aceitação, da vida abundante, como dádiva, representa valorização e boa nova para os oprimidos e pode representar condenação e, em todos os casos, convite ao arrependimento para os opressores. Entre as muitas palavras de condenação, entre as muitas disputas de Jesus com a classe dominante, destacamos aqui apenas Mc 7.5-9 e Mc 12.38-40. Entre as muitas passagens que mostram valorização e aceitação gratuita dos oprimidos, poderíamos aqui citar Mt 4.23-25; Lc 15.1-2; Lc 18.9-14; Jo 8.1-11.

A classe dominante judaica, com a sua acusação a Jesus, é um bom exemplo de como a aceitação por graça e fé gera protestos por parte daqueles que querem edificar a vida sobre as conquistas do mérito (veja-se também o filho mais velho da parábola).

Jesus concede aceitação, justificação, vida e salvação, sem a necessidade das pessoas passarem pelo crivo das leis dos poderosos, sem que elas necessitem enquadrar-se na estrutura social vigente. Com isso ele fura o "manto sagrado" dessa estrutura social, derruba os pilares do sistema e coloca novos fundamentos para as regras do jogo que regem a convivência humana. Torna-se assim herege e subversivo, numa proposta de tremendas consequências políticas e de profundas repercussões na estrutura social, desmascarando o vazio da vida de quem pensa tê-la conquistado pelo mérito de lei e obra e concedendo vida a quem se pretende negá-la por falta de méritos.

A constante necessidade de aceitação, como a descrevemos no capítulo anterior, encontra resposta nos atos e ensinamentos de Jesus, que aceita, acolhe e justifica por graça.

Alguém poderia argumentar, dizendo que a atuação de Jesus situou-se, acima de tudo, dentro da esfera da religião. Isso é verdade, mas penso ter mostrado que essa atuação teve amplas repercussões no campo social. E não devemos esquecer que a religião na sociedade Palestina, possuía uma ressonância muito maior do que em nossas sociedades contemporâneas. E, não me parece haver dúvidas de que os preceitos da religião, cultivados por saduceus e fariseus, tinham função mantenedora de uma estrutura social discriminatória.

Podemos constatar que Jesus se cerca das pessoas pretensamente não merecedoras, não dignas, não aceitas, enfim, margina-

lizadas pelo sistema social da época. Com elas inicia uma caminhada. Seu contato com a classe dominante é sempre questionador. A justificação por graça valoriza e abre espaço de vida para os marginalizados e desmascara o vazio de vida dos que marginalizam (vejam-se as disputas com os fariseus e saduceus e o desafio ao jovem rico). Essa sua atitude leva-o à cruz, ao se aproximar do reduto da classe dominante, na capital, Jerusalém. Seu movimento é comunitário e amplamente libertador, desde o seu início. A conversão dos que aderem acontece na vivência prática da comunhão e, desde a origem, é transformadora. Mensagem e prática andam juntas num nítido processo transformador. Desde o início a vivência da fé é comunitária, transformadora, libertadora.

C – Vida por graça e fé em Paulo.

Todo o Novo Testamento relata que Jesus concede justificação e vida por graça. A elaboração sistemática de uma doutrina de justificação por graça e fé, no entanto, é uma particularidade de Paulo.

Em sua juventude um fervoroso defensor da lei e, por causa dela, perseguidor dos cristãos, depois de uma experiência transformadora dos seus conceitos e de toda a sua vida passa a rejeitar a lei e a considerá-la como escremento (Fp 3.9). Entra em disputa com Pedro, que vai cedendo à pressão dos cristãos judeus, os quais pretendiam fazer valer a lei nas recém-criadas comunidades cristãs (Gl 2.11 ss). Justificação por graça e fé passa a ser o centro da sua compreensão do Evangelho, o que transparece em todas as suas cartas, especialmente nas cartas aos Romanos e aos Gálatas:

– **Ninguém é justo.**

Todos merecem condenação (Rm 3.9 ss). Não há ninguém que possa justificar-se diante de Deus, por meio de sua própria perfeição, de seu próprio esforço, de sua própria inteligência, de suas próprias capacidades, de suas próprias realizações ou por meio de ritos religiosos.

– **Deus justifica.**

Deus mesmo é quem justifica, por graça, sem a necessidade de mérito. Graça é todo o Evangelho. Pela graça Deus perdoa, ama, justifica, redime, concede salvação e vida (Rm 3.24).

– **Cristo paga o castigo.**

A justificação, que Deus concede por graça, realiza-se em Jesus Cristo. Nele cumpriu-se o castigo que pesava sobre nós. Na cruz Cristo pagou esse pecado (I Co 5.7; Rm 3.24; Rm 5.1 etc, etc). O sacrifício de Cristo na cruz nos mostra que o perdão de Deus não é

um perdão barato e que a sua graça não é graça barata, já que custou a vida do Filho de Deus. Portanto, não é assim que Deus não condene o pecado. Ele o condena, sim, mas livra do castigo, porque Cristo já o pagou.

– **A justiça pela fé.**

A pessoa recebe a justificação pela fé. A fé aceita a graça, sem que precise dar nada em troca (Rm 1.17; 3.22; 3.26; 4.5; Gl 2.16; 3.26). A fé é a confissão de que Jesus Cristo é Senhor, mas também é confissão de pecado e de dependência do perdão.

– **A justificação que liberta.**

Assim sendo, a fé na justificação por graça liberta as pessoas da terrível angústia de terem que realizar a própria aceitação diante de Deus, de valorizar-se por meio de méritos; angústia que pode levar ao desespero (veja-se Lutero no convento). Esse desespero pode, até mesmo, manifestar-se em ódio contra Deus e daí o círculo vicioso: o homem quer a salvação, não a consegue, desespera-se mais ainda e passa a lutar ainda mais para conquistar a salvação; círculo vicioso, em que caem justamente aqueles que mais procuram agir e viver corretamente (Rm 8.7).

A confiança na justificação pela graça liberta dessa angústia, porque nos diz que não precisamos lutar para conquistá-la e que o castigo é carregado por Cristo (II Co 5.19). A fé que salva é a atitude de aceitar esses fatos, sendo o pecado maior o não-aceitar o fato de se ser pecador.

– **A gratidão.**

Implícita na vivência da fé está a gratidão. E essa gratidão é a força que move as pessoas para a prática do bem (I Tm 1.12; Cl 3.16). Portanto, as boas obras não são uma condição para a justificação, mas sim, consequência: o cristão faz o bem, não para merecer algo, mas sim, porque já recebeu muito. E essa é a nova forma de obedecer a Deus, espontânea, livre, brotada da gratidão, da vida renovada e transformada pela fé (II Co 5.17). É a nova vida de quem, pela fé, morreu com Cristo para o pecado e com ele ressuscitou para a nova vida (Rm 5.6 ss. 6.1 ss).

– **O castigo que permanece para os que não crêm.**

O castigo de Deus para os que não aceitam o fato de serem pecadores e, por isso, não aceitam a necessidade do perdão, querendo justificar-se pelos seus próprios méritos, o castigo é que Deus simplesmente os deixa cair mais profundamente no pecado: egocentrismo e suas seqüelas, como vida desnaturada, idolatria e luxúria (Rm 1.18 ss).

D – Vida por graça e fé em Lutero.**1) Sem espaço para a vida.**

Na época de Lutero, o Papado – que havia estendido o seu poder sobre a Alemanha – representava o vértice da estrutura política, econômica, social e cultural. Não havia espaço para a vida, nem para os que quisessem viver fora dessa estrutura (22) nem tampouco para os que quisessem enquadrar-se na estrutura, como Lutero tentou, entrando no convento. O Papado representava o “manto religioso” legitimador da estrutura social. Estar fora da Igreja, por excomunhão, por exemplo, era o mesmo que ser jogado diretamente para o inferno, onde as pessoas arderiam em fogo de enxofre, por toda a eternidade. A excomunhão era, portanto, o que de mais terrível poderia acontecer a uma pessoa. Portanto, não havia espaço para a vida fora da estrutura social religiosamente legitimada.

Cumprir os preceitos do sistema, por outro lado, para assim enquadrar-se na estrutura, era uma duríssima carga. O poder da Igreja, legitimadora do sistema, era enorme. Ela detinha boa parcela do poder econômico e político. Tinha enormes extensões de terra, a posse dos sacramentos salvíficos, a posse da verdade bíblica, a posse das indulgências, a posse do poder de excomunhão. Além disso, cobrava diferentes taxas e só o Papado tinha direito de convocar um concílio que mudasse alguma coisa nisso tudo. Como tudo isso não bastasse, a Igreja propugnava a superioridade do clero sobre o laicato. E, para subjugar a todos, garantia o silêncio dos eventuais contestadores com a constante ameaça do inferno, para o que ela tinha o instrumento da excomunhão. O povo sofria toda essa opressão, pois, para ter parte na salvação, para ter justificação, só lhe restava sujeitar-se.

Assim a justificação era impossível fora e muito difícil dentro da estrutura social de então.

Realmente, era difícil encontrar espaço para a vida.

Toda essa situação Lutero veio a criticar candentemente, entre outros, em 1520, em seu escrito: “A nobreza cristã da nação alemã, acerca do melhoramento do estado cristão”.

Lutero, educado com severidade dentro dos preceitos da religião, busca com sofreguidão e medo o seu espaço de vida. Com angústia e desespero procura conquistar a justificação, através do

(22) “*Extra ecclesiam nulla salus*” pode ser interpretado como uma forma de legitimação religiosa de toda uma estrutura de dominação, da qual a Igreja seria o “manto legitimador”.

esforço, da auto-disciplina, da auto-flagelação, da realização de boas obras, da sujeição total aos regulamentos de um convento rigoroso, enfim, sujeita-se a tudo para bem enquadrar-se na estrutura opressora e assim conseguir a sua salvação. Conhecemos a sua história e sabemos como não encontrou aí espaço para a vida. Mas tentar o espaço fora da estrutura era o mesmo que caminhar para dentro do inferno abrasador e eterno.

2) Abre-se o espaço.

Sucumbido em profundo desespero, Lutero mal suporta viver:

“Fui prisioneiro de Satã, a noite me envolvia.
A minha vida, triste e vã, nas trevas se esvaía.
Abismo horrível me tragou, o mal de mim se apoderou
fui preso no pecado” (23).

No fundo do desespero redescobre a justificação por graça e fé nas cartas de Paulo: “O justo por fé viverá” (Rm 1.17).

“O eterno Deus se apiedou de mim, o infortunado.
De sua graça se lembrou e voltou-se ao condenado.
O seu paterno coração deu, para minha salvação, o que há
de mais precioso” (24).

“*Sola gratia, sola fide*”, tornam-se termos centrais do seu pensar teológico e, ao dizê-los, Lutero é libertado de todo o esquema opressor e estrangulador de vida, como que dizendo: Posso viver fora do esquema, sem medo de ser jogado no inferno. É por graça e não pelas obras, que o esquema quer impor-me, que alcançarei aceitação, justificação, valorização, salvação e vida. E, para selar a sua convicção e demonstrar a sua coragem de fé na graça, rasga e joga no fogo a bula com a ameaça de excomunhão, antes tão terrivelmente assustadora.

A justificação por graça e fé passa a representar para Lutero o “*articulus stantis et cadentis ecclesiae*”. Todo o seu sistema doutrinário tem esse centro. Não se trata propriamente de uma doutrina criada por Lutero. Muito antes ele articula assim o próprio Evangelho. Evangelho e justificação por graça e fé coincidem. Em consequência disso a justificação por graça e fé representa para ele a rocha firme, sobre a qual deve repousar toda a Igreja.

(23) *Hinário da IECLB* (São Leopoldo, 1971), hino 151, estrofe 1.

(24) *Idem*, estrofe 4.

3) Aceitação – espaço para a vida

Dizíamos acima que cada pessoa necessita saber-se aceita e que toda pessoa, quando sente que não é aceita, experimenta grande sofrimento. Ao saber-se aceito por graça, Lutero já não precisa lutar desesperadamente para conquistar a aceitação. O que isso representa em termos de libertação está expresso, por exemplo, de forma muito ilustrativa, no hino acima mencionado.

Entendemos que a pessoa, sabendo-se assim aceita por Deus, poderá também aceitar-se a si mesma, ainda que nem tudo nela esteja totalmente do seu agrado, pois quem se sabe aceito por Deus e por ele amado, poderá aceitar-se com as suas virtudes e os seus fracassos. Da mesma forma, quem experimenta aceitação poderá também aceitar o próximo, pois quem se sabe amado, com os seus tropeços e com os seus erros poderá também melhor amar o outro, mesmo que ele tenha os seus tropeços e os seus erros. Além disso, liberto da necessidade de conquistar a aceitação, liberto da constante preocupação consigo mesmo, liberto da necessidade de girar em torno de si mesmo, o homem terá as duas mãos livres para o outro, terá olhos para ver o outro, coração para sentir com ele e disposição para carregar-lhe as cargas.

Com a abertura desse espaço abre-se assim a possibilidade de convivência, fraternidade e, portanto, vida, dentro de uma sociedade competitiva e estranguladora de vida.

Não teríamos aqui, quem sabe, uma medida, um critério ético e uma motivação muito fortes, para contrapor às medidas e aos critérios da economia capitalista, que tem o "seu próprio código de ética, em que o primeiro mandamento é comportar-se economicamente, de qualquer maneira, quando se está produzindo, vendendo ou comprando" (25)? Economia capitalista, em que o economista "está acostumado a medir o padrão de vida pela quantidade de consumo anual, supondo sempre que um homem que consome mais está em melhor situação do que outro que consome menos" (26).

4) Lutero e as boas obras.

Se a pessoa é justificada por graça e fé e não pelas boas obras, então isso não significa que ela deixa de praticar boas obras; pelo contrário, justamente a fé liberta e motiva para a prática do bem

(25) E.F.Schumacher, op. cit., pág. 38.

(26) Idem, pág. 49.

e se expressa em honra a Deus e amor ao próximo. É exatamente a fé que motiva para a prática do bem, pela gratidão que desperta em quem se sabe justificado por graça.

Mas não é a prática do bem que justifica. Unicamente a fé justifica e as obras, feitas por fé, são sempre boas. Por outro lado, nada peca, senão a falta de fé, bem como a obra sem fé é sempre má. "As obras boas e piedosas jamais tornam o homem bom e justo, mas o homem bom e justo realiza obras boas e piedosas" (27). "Ser justo ou mau não procede das obras, mas da fé" (28). Não se trata aqui de pessoas qualitativamente melhores e nem de obras qualitativamente melhores, mas trata-se da nova relação das pessoas com Deus e a nova motivação para a realização das obras. E somente a fé pode estabelecer o nova relação. Iwand expressa-o assim: "O bem e o mal das obras são respectivamente o bem e o mal das pessoas. As obras são em si indiferentes. O bem e o mal nas obras são o bem e o mal das pessoas. A pergunta não é, como são possíveis as boas obras, mas sim, como é possível que a pessoa se torne boa. E não se trata aqui de progresso moral da pessoa, mas da essência do seu novo ser" (29).

Podemos constatar que a experiência da justificação em Paulo e Lutero não acontece necessariamente numa prática comunitária transformadora e libertadora no seu aspecto social. A pessoa, que assimila a mensagem e aceita a justificação, poderá interpretá-la como salvação individual, particular, interior, apenas espiritual, portanto, divorciada das suas implicações comunitárias e sociais.

A ação e vivência comunitárias poderão acontecer, nesse caso, como resposta posterior à palavra ou poderão nem acontecer, perdendo assim toda a sua dimensão social.

A história nos mostra que as comunidades luteranas, coerentes com a doutrina de Lutero, encontram na mensagem da justificação por graça um dos seus artigos de fé mais centrais; mas ela mostra também que, na prática, os luteranos nem sempre ou poucas vezes souberam tirar disso as conseqüências para a organização da sociedade. A pesquisa na Comunidade de São Leopoldo, acima mencionada, é um bom exemplo para isso. Confessa-se a justificação por graça e fé, mas vive-se a justificação pelas obras.

Seriam as estruturas do pensamento teológico de Paulo e Lutero ineficientes na sua mensagem social? Ou não teriam os luteranos verdadeiramente experimentado a graça libertadora? Ou

(27) Martim Lutero, *Da liberdade cristã* (São Leopoldo, 1959) pág. 38.

(28) *Idem*, pág. 40.

(29) Hans Joachim Iwand, *A justiça da fé* (São Leopoldo, 1977), pág. 56.

devemos procurar os motivos da sua postura passiva, conivente e mesmo reacionária ainda em outro lugar?

III – A URGÊNCIA PARA CRIAR ESPAÇOS PARA A VIDA.

A – A presença da graça numa sociedade em transformação.

“A América Latina é um continente posto de pé. Ninguém poderá impedir para sempre a sua marcha libertadora”. Assim se expressou, de forma otimista, Adolfo Perez Esquivel, no 2º Acampamento Jovem Repartir Juntos, em 1981, em Languiru. Efetivamente as sociedades latino-americanas, nelas incluída a brasileira, passam atualmente por acentuadas mudanças sociais, numa rápida passagem de sociedade rural para sociedade urbana. No caso do Brasil ainda há 2 ou 3 décadas, dois terços da população vivia no campo. O rápido processo de industrialização e de urbanização, essa, na maioria das vezes, acontecendo de forma tragicamente desordenada, fez com que hoje de cada 3 brasileiros 2 morem na cidade. Essa situação mais do que nunca desafia os cristãos a se integrarem no processo de transformação que essa realidade acarreta, para contribuir para a edificação de uma sociedade nova, mais fraterna. Os cristãos só poderão cumprir a tarefa com a reavaliação da educação que receberam, educação cristã que é fruto de um cristianismo vivido em contexto anterior à situação histórica atual, educação cristã “que lhes entregou um Cristo e uma fé estáticos, devocionais, a-históricos. Uma religião que acentuava o extramundano e uma espiritualidade baseada em práticas de piedade. Em suma, um cristianismo pré-urbano e para tempos de estabilidade social” (30). Um cristianismo, em geral, indiferente, senão francamente conivente com a injusta realidade social que o cercava.

Urge a participação ativa dos cristãos, com uma proposta alternativa para as regras do jogo da convivência humana, ainda mais que novamente, nesse processo de mudanças, os fracos e pequenos, aos milhões, ficam a gemer, sob o cruel esmagamento pelo sistema político-econômico da classe dominante e de todos aqueles que a ele se encontram atrelados.

Felizmente, há cristãos sensíveis e ansiosos para darem a sua contribuição e os grupos que mais sofrem ou aqueles que são

(30) Segundo Galilea, *Espiritualidade da Libertação* (Petrópolis, 1975), pág. 25.

mais sensíveis buscam, com esperanças, abrir espaços para a vida nesta sociedade em transformação. Espaços para a vida, onde se reconhece que, "a substância do homem não se mede pelo produto nacional bruto" (31), onde se reconhece que toda riqueza exagerada – seja em status, prestígio ou posses materiais – tem um alto preço, que toda riqueza custa caro, já para o próprio rico e tanto mais para o pobre. Toda riqueza exagerada tem um alto preço para o pobre, porque o pobre paga o preço da riqueza do rico. "O privilégio do rico – ouvi Paulo Setubal dizer recentemente em programa de televisão – é constantemente pago pelo pobre". E Adolfo Perez Esquivel expressou a mesma verdade, dizendo que "a classe dominante institucionaliza o ter sempre mais às custas de quem tem cada vez vez menos". Para o rico a riqueza exagerada custa caro, porque ele paga o preço da falta de tempo para viver, o preço do stress, o preço de buscar a vida, onde ela não pode ser encontrada. "Porque o tempo diminui, na medida que aumenta a abundância", como o disse bem Albert Tévoédjré (32). Lembro de um verso de Tersteegen: "Importa viver como peregrino: livre, despojado e leve; muito acumular, segurar e negociar, só torna pesado o nosso andar. Quem quiser, mate-se de tanto carregar". Felizmente há os cristãos que já perceberam – como disse alguém – que "o auge da perversão é, quando a Igreja está a serviço de uma sociedade injusta".

B – As nossas possibilidades e a nossa tarefa.

A nossa confiança na justificação por graça e fé dá-nos a experiência da vida que é dádiva. Com isso temos o melhor parâmetro para avaliar a ilusão da pretensa vida que se busca pela conquista e que não satisfaz nem mesmo os que mais conseguem correr, ao mesmo tempo que esmaga os que não conseguem acompanhar a corrida. Já não precisamos preocupar-nos em acumular méritos, porque nos sabemos aceitos por graça. Daí que não precisamos competir contra os semelhantes, no intuito de tomá-los a frente, por sabermos que podemos ser pequenos. Assim libertos do cuidado exagerado em construir os nossos merecimentos, temos as duas mãos livres para o outro. Sabedores de que a justificação de que somos alvos, independe do nosso esforço, da nossa posição social, das nossas virtudes, das nossas realizações e

(31) E.F.Schumacher, op. cit., pág. 14.

(32) Albert Tévoédjré, op. cit. pág. 20.

da quantidade daquilo que acumulamos, podemos aceitar os outros e por eles empenhar-nos, sem avaliá-los por esses valores. "Sermos livres daquele medo que sempre enxerga nos próximos possíveis rivais a serem combatidos. Se Deus nos dá vida, se ela não depende das coisas que nós conquistamos, ninguém nã-la poderá tirar. A libertação desse medo é a principal premissa para uma nova comunhão entre os homens" (33).

É a nossa condição de libertos que nos dá a possibilidade de contribuir positivamente para a edificação de uma sociedade que tenha espaços para a vida. A nossa experiência da vida, que é dádiva, faz com que estejamos em dívida com a sociedade e, ao mesmo tempo, nos liberta para tentar saldar, na medida do possível, essa dívida. Recebemos vida para vivê-la em abundância e para ajudar a viver em abundância.

C – A nossa motivação.

Já dissemos acima que a justificação por graça e fé causa revolta entre nós, quando conquistamos os lugares de destaque na sociedade edificada pelos valores da competição. Então a graça será sempre perigosamente subversiva, quando baixada das esferas celestiais e meramente espiritualistas, para dentro da realidade da organização social. Subversiva, por minar qualquer estrutura erigida sobre os valores da concorrência e do mérito. Veja-se o murmúrio dos fariseus, quando Jesus convive com os publicanos e pecadores. Efetivamente, a graça, assim como valoriza a quem sabe nada merecer, assim questiona a quem pensa muito merecer. "Qualquer que a si mesmo se exalta será humilhado e qualquer que a si mesmo se humilha será exaltado" (Lc 18.10). A murmuração e a resistência será tanto maior, quanto mais os cristãos procurarem partir da graça como base para a organização mais justa e fraterna da convivência humana; quanto mais fundamentarem na graça a sua participação, na tentativa de libertação dos oprimidos. Haverá toda sorte de barreiras e conflitos desgastantes. Essa grande causa da edificação de uma sociedade, que se mede pelos valores da graça, necessita, pois, de uma grande motivação. Sem essa motivação ninguém poderá resistir aos conflitos por muito tempo. Será uma luta constante e ferrenha entre a graça e a competição por méritos; a graça que procurará criar espaços para a vida e a competição que

(33) Gottfried Brakemeier, op. cit., pág. 9.

procurará excluir, estrangulando o espaço, sobretudo para os vencidos, mas também para os próprios vencedores, que procuram vida onde ela não se encontra. A motivação dos cristãos será a própria experiência da graça, a sua celebração e a vontade de vê-la experimentada também pelo próximo, de vê-la inserida na própria organização social; a motivação será a experiência da graça como impulso para a transformação social; como a bússola na transformação que as sociedades latino-americanas estão experimentando. A motivação será a gratidão, que é parte da experiência da graça; gratidão, na qual o cristão procurará realizar o bem, já não para valorizar-se diante de Deus, mas sim, para dar resposta à valorização recebida por graça.

Será, pois, a própria experiência da graça a motivação maior para o cristão, ao se integrar no processo de organização de uma nova sociedade, experiência da graça que terá a força de processar a transformação de pessoas e grupos competitivos e egoístas em pessoas e grupos libertos e solidários; que dará forças para assumir os conflitos inevitavelmente decorrentes de uma atuação transformadora.

D – A necessidade da análise científica da realidade social.

Ao dizer que o cristão deve levar a Bíblia numa mão e o jornal na outra, Karl Barth, certamente, não se referia apenas ao jornal diário simplesmente. Posso crer que ele quis dizer da necessidade do cristão informar-se amplamente sobre o meio em que vive.

Na verdade, cada pessoa tem a sua análise subjetiva e particular da realidade social em que vive. Os entrevistados da já referida pesquisa o exemplificam claramente. Importa, no entanto, que o cristão recorra ao instrumental científico de análise. Esse poderá fornecer-lhe dados mais objetivos e, por certo, essa análise trará à luz a grandeza do pecado social, antes encoberto aos olhos de muitos, especialmente talvez e paradoxalmente dos que mais decididamente querem viver uma vida cristã. Com a ajuda da análise social científica os que decididamente querem atuar como cristãos, poderão descobrir melhor as reais causas estruturais da falta de espaço de vida, da miséria da opressão que tantos sofrem. Poderão descobrir qual a atuação cristã e qual a prática do amor ao próximo, que tem a maior chance de eficiência em determinado contexto. Poderão, por exemplo, constatar que determinadas posturas teológicas e as suas conseqüentes práticas pastorais servem para cimentar o pecado social; poderão constatar a que interesses

servem, por exemplo, o paternalismo e o assistencialismo, pretensamente cristãos e poderão, talvez, descobrir que determinadas formas de atuação, tidas como de amor, na verdade, se constituem em desamor.

Ao ler Paulo e Lutero parece-me possível perceber a sua clara intenção em falar pelos que mais sofrem por serem rejeitados e oprimidos. Ao vermos, no entanto, seus posicionamentos concretos, cremos perceber a falta de uma abordagem mais aprofundada da realidade social e das últimas causas estruturais do sofrimento dos oprimidos.

1) O pensamento teológico de Paulo e a análise social.

Relacionando a estrutura do pensamento teológico de Paulo, como acima tentamos descrevê-lo, com a análise científica da realidade social, chegaríamos à convicção de que uma atuação transformadora poderá acontecer somente a partir de uma caminhada comunitária libertadora com os oprimidos. Assim estaríamos nos aproximando, também com Paulo e Lutero, à atuação de Cristo que, desde o início, logo se rodeou dos oprimidos, no seu movimento comunitário transformador.

2) A análise como serva do Evangelho.

Sem dúvida necessária, a análise social científica, todavia, deverá sempre ser usada na qualidade de serva e instrumento do Evangelho. Não se poderá substituir o Evangelho pela sociologia. Para que do nosso interior jorrem "rios de água viva" é preciso beber da "fonte da água viva" (Jo 7.38), que é Cristo. A análise, importante e, ao nosso ver imprescindível, para o encontro com o irmão, deixará esse encontro vazio, quando não acontecer, ao mesmo tempo, o encontro com o Evangelho de Jesus Cristo. A nossa razão – no nosso caso a análise científica da realidade social – não é eticamente boa ou má por si só. Ela é boa, quando a serviço do Evangelho e do próximo. Sem isso, naturalmente, ela poderá servir a interesses diversos. É a fé em Cristo que determina o nosso ser, que torna a árvore boa. Sem ela estaremos preocupados apenas com os frutos, esquecendo-nos de que "é a árvore boa que produz os bons frutos" (34).

Sem a experiência do Evangelho da justificação toda a nossa ação não poderá passar de lei. Sem a experiência da vida como dádiva não poderemos propiciar espaços para vida.

(34) Martim Lutero, op. cit., pág. 23.

E – O risco da fé.

A nossa confiança na justificação por graça e fé, justificação que não depende dos nossos acertos e da nossa perfeição, encorajam-nos a correr o risco de criar, de inovar, de procurar formas mais eficientes, inclusive de improvisar e até mesmo de errar, quando a nossa ação for motivada pelo Evangelho. A justificação não dependerá do nosso sucesso ou do nosso fracasso, mas da nossa intenção. " ... o mundo não vive do nosso sucesso naquilo que queremos realizar, mas do perdão daquilo que estragamos". (35).

Assim a nossa fé e a nossa consciência estão totalmente livres de qualquer esquema, com amplo espaço para a criatividade. Podemos assim usar essa nossa criatividade, a nossa razão e o nosso bom senso e, colocando-os a serviço da promoção da vida, criar novas normas, novos sistemas e novas práticas de ação. " ... ela (a Igreja) tem duas alternativas: esconder-se atrás de princípios éticos, como tem feito durante muitos séculos ou correr o risco de agir, apesar de todos os perigos. Quando ela aceita os riscos, sabe que pode enganar-se, cometer pecado ou mesmo blasfemar. No entanto, ela tem o dever de correr o risco, pois crê no perdão divino. É assim que o mandamento divino se torna concreto" (36). Não teria a Igreja deixado de agir onde devia ter agido, porque antes queria ter a certeza de que a sua atuação seria totalmente perfeita, ideal e sem margem de crítica? E como poderia essa atitude ser qualificada? Seria senso elevado de responsabilidade? Seria simples covardia? Ou seria falta de confiança na justificação pela graça

"A liberdade cristã ... é um valor capaz de tomar formas e expressões, segundo exigem os diversos momentos históricos" (37).

Importa que, a partir da experiência da vida, procuremos promover vida. Devemos colocar todos os nossos recursos a serviço dessa promoção da vida. Isso dá-nos liberdade de interpretar também o que, em sua época, Paulo e Lutero quiseram dizer, para a nossa realidade, sem nos prendermos às suas conclusões específicas para a sua época. Assim, por exemplo, "une-nos com Lutero a necessidade de articular o Evangelho. Separa-nos dele uma distância de quatro séculos que torna impossível uma mera repetição de suas idéias. Se ele mesmo se deu o direito de escrever

(35) Werner Jentsch, *Evangelischer Erwachseneakatechismus* (Guetersloh, 1975), pág. 452.

(36) Prócoro Velasques Filho. *Ética para os nossos dias* (São Bernardo do Campo, 1977), pág. 44, citando Bonhoeffer.

(37) Segundo Galilea. op. cit., pág. 64.

novos decálogos nós seguramente não poderemos fazer menos do que tentar formular os seus conceitos para o nosso meio-ambiente'' (38).

Temos, pois, amplos motivos para tentar criar espaços de vida numa sociedade estranguladora de vida. Temos a experiência da vida que é dádiva e temos a liberdade para promovê-la, colocando a seu serviço todos os nossos recursos e meios.

(38) Lambert Schurmann, op. cit., pág. 64.